

Zélia prevê derrotar inflação em um mês

São Paulo — A economista Zélia Cardoso de Mello anunciou ontem que haverá "queda expressiva" da inflação já no primeiro mês do novo governo e que esse objetivo não será atingido com recessão. Também afirmou que nenhuma "medida drástica" será tomada em relação a dívida interna, como o confisco na remuneração dos títulos públicos e feriado bancário. A principal assessora econômica do presidente eleito afirmou ainda que a desindexação da economia faz parte do programa que prepara junto com outros 30 economistas, mas que ainda não há definição sobre quando isso ocorrerá. Previu que, por conta do programa de ajuste econômico, que contempla em uma primeira etapa a reforma administrativa e um plano fiscal, será possível ao País retomar as taxas históricas de crescimento (entre 6 e 8% ao ano) já em 1991.

Zélia atrasou em um dia seu retorno a São Paulo devido a problemas com o avião da Varig que a traria de Roma, onde se reuniu na semana passada com o presidente eleito. Sua volta ao Brasil acabou acontecendo por Madri, porque temia que não conseguisse chegar a tempo para o encontro que havia agendado às 10h00 de ontem com a equipe de economistas que trabalha no plano de governo.

Zélia chegou às 9h45, atendeu a imprensa com paciência e disse que iria imediatamente à reunião com seus colegas, porque Fernando Collor quer o trabalho concluído neste próximo fim de semana.

Dívida

O combate à inflação, que se tornou prioridade zero do novo governo, segundo a economista, não terá caráter recessivo. Ao contrário, está sendo preparado levando-se em conta duas condições: não punir os trabalhadores nem sacrificar o crescimento do País, garantiu Zélia. Embora sem querer detalhar a intensidade do ajuste, arriscou prever que haverá até um "crescimento residual" da economia este ano e a retomada das taxas históricas de desenvolvimento já em 91. Como conciliar queda da inflação com expansão econômica e distribuição de renda é assunto que a equipe de economistas ainda está detalhando, mas Zélia enfatizou que "desta vez os trabalhadores não vão pagar a conta".

A economista insistiu em que o choque de credibilidade com a posse do novo governo será fator fun-

damental para inverter o processo inflacionário, aliado às primeiras medidas de reforma administrativa e ajuste fiscal. Zélia ainda não dispõe de números sobre a quantidade de cortes em cargos, funções e organismos públicos, confirmado apenas que o novo organograma de governo será baseado em 12 ministérios e conselhos que funcionarão como câmaras de decisão. Haverá secretarias "bastante enxutas" vinculadas à Presidência da República e outras provisórias, que serão extintas assim que seus objetivos forem cumpridos.

Ela não detalhou o ajuste fiscal alegando que deixou seus economistas trabalhando em São Paulo e que somente hoje (ontem) retomaria as discussões. Assinalou que o desequilíbrio orçamentário do governo é a causa básica da inflação e que, portanto, terá que ser corrigido, citando para isso quatro caminhos — reformas fiscal e administrativa, privatizações e renegociação da dívida externa.



Zélia anuncia combate à inflação sem punir os trabalhadores nem sacrificar crescimento do País

Quanto à dívida externa, a economista afirmou que não foi descartada a idéia de descentralizar a negociação com credores. Isso implicaria uma espécie de retirada do aval da União a dívida como um todo, a medida que cada devedor trataria de seus interesses diretamente com seu credor. Sem falar explicitamente sobre a retirada do aval, Zélia afirmou que é importante essa descentralização, por entender que abre espaços para negócios com conversão da dívida e privatização. Outro ponto em fase de conclusão é a forma de tratamento que o combate à inflação reservara aos reajustes de preços, salários, câmbio e juros. Zélia confirmou que haverá desindexação, mas não sabe em que etapa do plano.